

## Considerações iniciais

Este **informativo epidemiológico** apresenta dados coletados do **Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)**<sup>1</sup>, do Ministério da Saúde (MS), referente aos casos notificados de violência interpessoal contra mulheres, residentes no Município de Itajaí, no período de Janeiro de 2020 a Junho de 2021.

Este informativo foi produzido pela equipe técnica da Vigilância das Violências, da Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, com o objetivo de apresentar o **perfil epidemiológico das mulheres notificadas por situações de violência residentes no Município de Itajaí** e, desta forma, subsidiar a formulação de estratégias e medidas de atenção e promoção à saúde, bem como de prevenção e combate à violência contra a mulher.

A Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>2</sup>, em 2002, publicou o primeiro Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, no qual apresenta um conceito de violência que se mantém como referência atual: “Uso intencional da força física ou do poder, real ou sob a forma de ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte, ou tenha a possibilidade de resultar, em lesão, morte, dano psicológico, compromisso do desenvolvimento ou privação”.

As Nações Unidas<sup>3</sup> definem a **violência contra as mulheres** como “qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada”.

Tiburi (2018)<sup>4</sup> aponta que é um fato que a violência contra as mulheres é uma constante cultural e continua a crescer em todas as sociedades.

A “Violência Contra as Mulheres” é entendida como uma violação dos direitos humanos e como uma forma de discriminação contra as mulheres. Também significa todos os atos de violência baseada no gênero que resultem, ou seja, passíveis de resultar, em danos ou sofrimento de natureza física, sexual, psicológica ou econômica para as mulheres, incluindo a ameaça do cometimento de tais atos, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, na vida pública ou na privada.

A maioria dos estudos incide sobre vitimização feminina nas relações de intimidade e revela tão somente, a “ponta visível de um iceberg” acerca de uma realidade que é caracterizada por grande complexidade.

<sup>1</sup> Os dados foram coletados em Agosto de 2021 e são sujeitos a alterações.

<sup>2</sup> Krug EG et al., eds. World report on violence and health. Geneva, World Health Organization, 2002

<sup>3</sup> Disponível em > <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acessado em 23/09/2021.

<sup>4</sup> Tiburi, M. Feminismo em comum: para todas, todes e todos. 8ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

Segundo o Manual Pluridisciplinar, Violência Doméstica Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenômeno<sup>5</sup>: “A violência doméstica é definida globalmente como um comportamento violento continuado ou um padrão de controle coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar (e.g., cônjuge, companheiro/a, filho/a, pai, mãe, avô, avó), ou que, mesmo não coabitando, seja companheiro/a, ex-companheiro/a ou familiar. Este padrão de comportamento violento continuado resulta, a curto ou médio prazo, em danos físicos, sexuais, emocionais, psicológicos, imposição de isolamento social ou de privação econômica à vítima, visa dominá-la, fazê-la sentir-se subordinada, incompetente, sem valor ou fazê-la viver num clima de medo permanente.”

Nesta perspectiva, em particular no domínio da esfera familiar e da conjugalidade, a suposta “dominância masculina” e “inferioridade feminina”, ancorada nestes eixos, tem funcionado como justificação, ou alibi, para a violência exercida pelos homens sobre as mulheres, apesar da intolerância social crescente frente ao problema.

De fato, é nos ditames do gênero que pode ser encontrada a origem da parcela provavelmente mais expressiva da violência interpessoal – a violência nas relações de intimidade. Este tipo de violência consubstancia-se em formas de relação assimétrica associadas aos papéis de gênero e caracterizadas pela subjugação, dominação e poder real ou simbólico. Tratando-se de práticas socialmente construídas e enraizadas, tornam-se parte da dinâmica relacional, sendo entendidas como algo natural nas relações de casal e familiares.

Sendo assim, compreende-se como **violência por parte do parceiro íntimo** o comportamento de um parceiro ou ex-parceiro que causa danos físicos, sexuais ou psicológicos – incluindo agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos de controle.

A qualificação de um ato enquanto violência contra a mulher pode ser entendido por diversas perspectivas, tendo em conta a forma como este é perpetrado, vivido e representado, tanto por parte da vítima, como do autor ou da sociedade.

Pode assumir características de agressão física, psicológica/moral, tráfico de mulheres, violência financeira / econômica, negligência, violência de intervenção legal, violência sexual, exploração sexual, assédio moral e cárcere privado, de discriminação e/ou constrangimento social, ocorrendo em diferentes contextos, na vida privada ou doméstica, escolar, laboral ou pública. No que diz respeito à frequência, pode corresponder a uma ação isolada ou a um processo de violência mais ou menos prolongado no tempo.

De acordo com Minayo (2006)<sup>6</sup>, “a **violência de gênero**, embora diga respeito a relações que envolvam homens e mulheres, incide principalmente sobre as pessoas do sexo feminino e constituiu uma questão de saúde pública, além de ser uma violação dos direitos humanos.” Ainda segundo a autora, “há uma estimativa brasileira de que pelo menos 35% das queixas levadas pelas mulheres aos serviços de saúde estejam associadas a violências que sofrem, preferencialmente nas relações conjugais”.

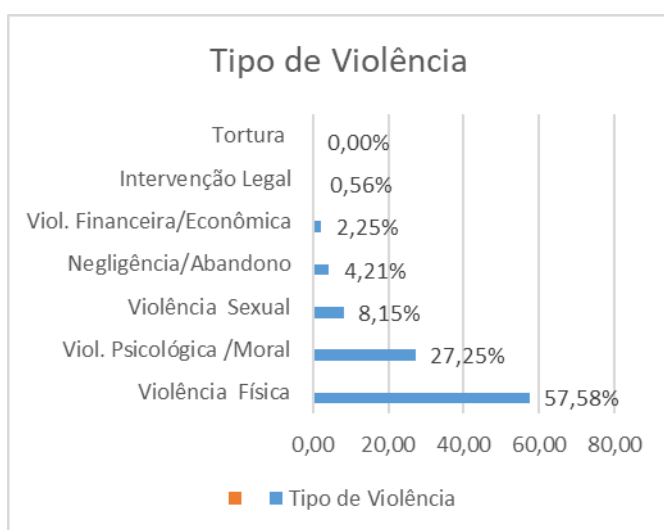
<sup>5</sup> Caderno Especial. Violência Doméstica Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenômeno. Manual Pluridisciplinar. Abril. 2016. Centro de Estudos Judiciários. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero. Presidência do Conselho de Ministros. [Acesso 30 set 2021] Disponível em [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica-CEJ\\_p02\\_rev2c-EBOOK\\_ver\\_final.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica-CEJ_p02_rev2c-EBOOK_ver_final.pdf)

<sup>6</sup> Minayo, M.C.S. Violência e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

## Apresentação dos Dados

No período de janeiro de 2020 a 30 de junho 2021 foram notificadas 245 situações de violência interpessoal contra mulheres, o que representa 20,26% dos 1.269 casos de violência interpessoal e autoprovocada notificados no mesmo período, de pessoas residentes em Itajaí.

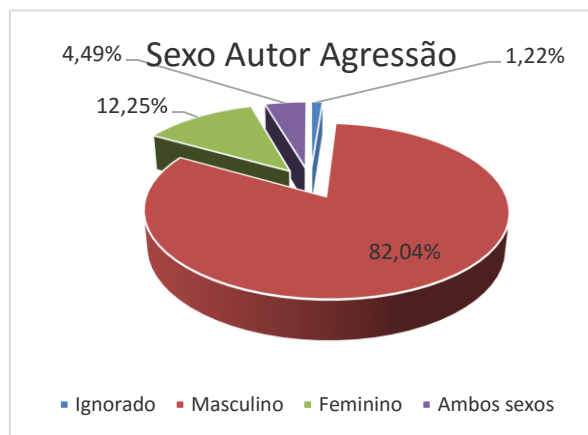
Com relação à **tipologia da violência**, na distribuição da frequência segundo tipo de violência, a prevalência é da violência física (205), correspondendo a mais da metade dos casos, isto é, 57,58% dos 245 casos notificados. Em seguida aparecem a violência psicológica em 27,25% dos casos (97), a violência sexual em 8,15% dos casos (29), a negligência/abandono em 4,21% dos casos (15), a violência financeiro/econômica em 2,25% (08), a intervenção legal em 0,56% dos casos (02). Não foi notificado caso de tortura no período. Observação: em alguns casos são notificados mais de um tipo de violência na mesma notificação, por exemplo, violência física e psicológica.



Tipo de Violência	Qtde.
Viol. Física	205
Viol. Psic./moral	97
Viol. Sexual	29
Negligência/Abandono	15
Viol. Finan./Econômica	08
Intervenção Legal	02
Tortura	00
<b>Total</b>	<b>356</b>

**Gráfico 1: Distribuição das notificações de violência interpessoal contra mulheres quanto ao tipo de violência. Itajaí 2020-2021**

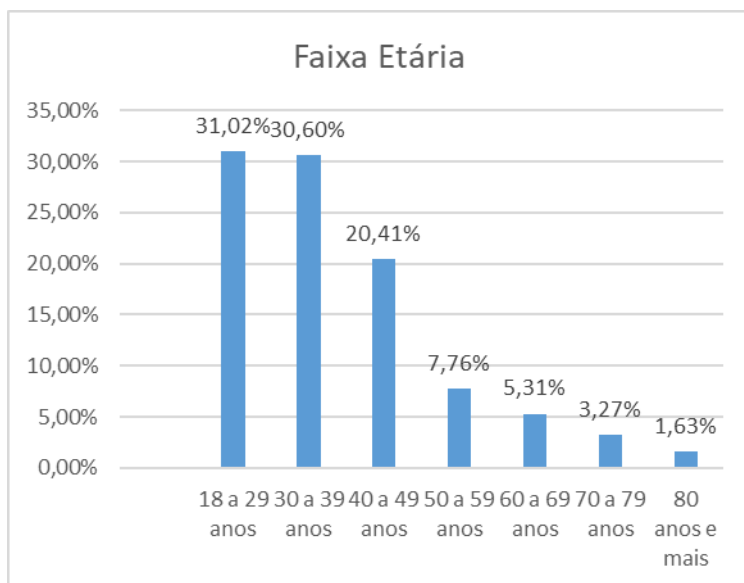
Com relação ao **sexo do provável autor da violência a prevalência é do masculino**, correspondendo a 82,04% dos casos notificados (201); Há ainda 12,25% do sexo feminino (30 casos); 4,49% ambos os sexos (11) e 1,22% tiveram o campo ignorado (03).



Sexo Autor Agressão	Qtde
Masculino	201
Feminino	30
Ambos os sexos	11
Ignorado	03
<b>Total</b>	<b>245</b>

**Gráfico 2: Distribuição das notificações de violência interpessoal contra mulheres quanto ao sexo do provável autor da violência. Itajaí 2020-2021**

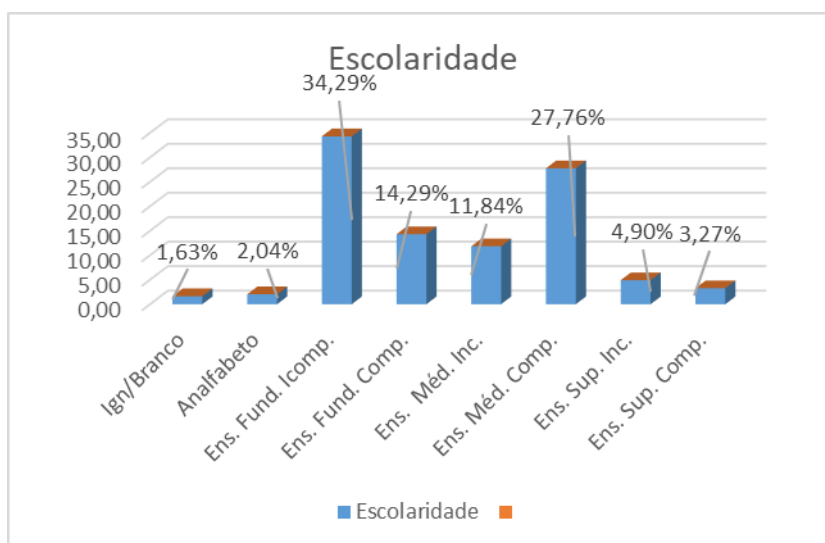
Com relação à **faixa etária**, a prevalência das mulheres notificadas está entre 18 a 49 anos, correspondendo a 82,03% dos casos. A distribuição encontra-se da seguinte forma: 31,02% têm entre 18 e 29 anos (76 pessoas); 30,60% têm entre 30 a 39 anos (75); 20,41% entre 40 a 49 anos (50); e na sequência, 7,76% entre 50 a 59 anos (19); 5,31% entre 60 a 69 anos (13); 3,27% entre 70 a 79 anos (08) e 1,63% com 80 anos ou mais (04).



Faixa Etária	Qtde.
18 a 29 anos	76
30 a 39 anos	75
40 a 49 anos	50
50 a 59 anos	19
60 a 69 anos	13
70 a 79 anos	08
80 anos e mais	04
<b>Total</b>	<b>245</b>

**Gráfico 3: Distribuição das notificações de violência interpessoal contra mulheres quanto a faixa etária da mulher em situação de violência. Itajaí 2020-2021**

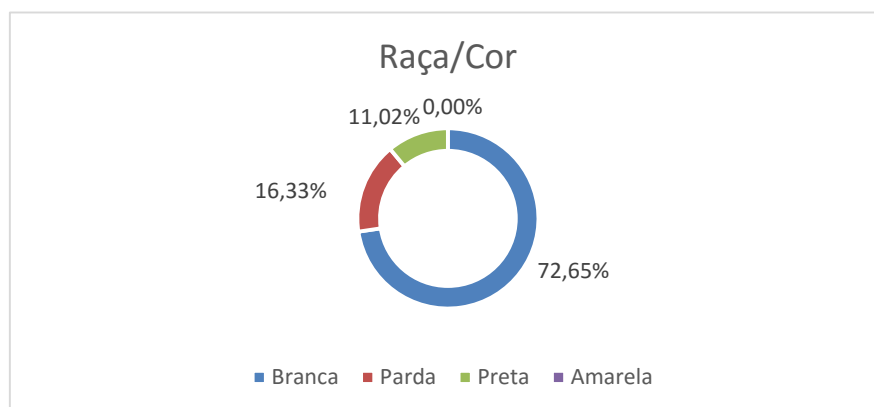
Com relação à **escolaridade** das mulheres notificadas por situações de violência, a maioria (84 pessoas) possui Ensino Fundamental Incompleto, correspondendo a 34,29%; sendo que (68) 27,76% possui Ensino Médio Completo; (35) 14,29% Ensino Fundamental Completo; (29) 11,84% Ensino Médio Incompleto; (12) 4,90% Ensino Superior Incompleto; (09) 3,27% Ensino Superior Completo; (05) 2,04% declararam-se analfabeta e em (04) 1,63% dos casos notificados o campo escolaridade foi ignorado.



Escolaridade	Qtde.
Ign/Branco	04
Analfabeto	05
Ens. Fund. Incomp.	84
Ens. Fund. Comp.	35
Ens. Méd. Inc.	29
Ens. Méd. Comp.	68
Ens. Sup. Inc.	12
Ens. Sup. Comp.	08
<b>Total</b>	<b>245</b>

**Gráfico 4: Distribuição das notificações de violência interpessoal contra mulheres quanto a escolaridade. Itajaí 2018-2021**

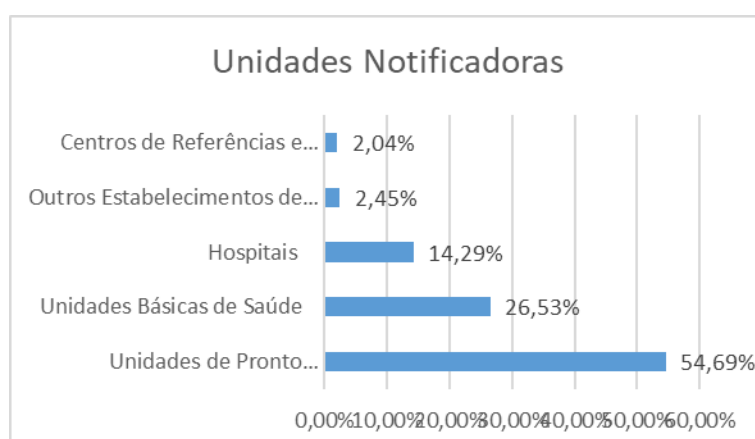
Quanto ao campo **raça/cor**, a predominância (178) é a cor branca, correspondendo a 72,65% dos casos notificados; seguida por (40) 16,33% de cor parda; e (27) 11,02% de cor preta. É importante destacar que o campo raça/cor é autodeclaratório, conforme legislação vigente, como também, que de acordo com dados do IBGE (2010), a composição estadual (SC) se apresenta da seguinte forma: brancos 88,1%; pardos 9%; pretos 2,7%; indígenas 0,2%, o que reflete diretamente no perfil sociodemográfico da região e do município.



Cor	Qtde
Branca	178
Preta	27
Amarela	0
Parda	40
<b>Total</b>	<b>245</b>

**Gráfico 5: Distribuição das notificações de violência interpessoal contra mulheres quanto a frequência por raça/cor. Itajaí 2020-2021**

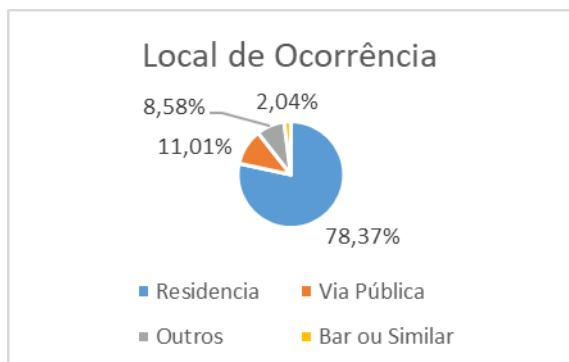
Quanto às **unidades notificadoras**, as Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) foram as que notificaram mais da metade dos casos, isto é, 54,69% (134) das 245 notificações; 26,53% (65) foram notificadas por Unidades Básicas de Saúde; 14,29% (35) por Hospitais; 2,45% (6) por outros estabelecimentos de saúde e 2,04% (5) por Centros de Referência e Policlínicas.



Unidades Notificadoras	Qtde
Unidades de Pronto Atendimento (UPA)	134
Unidades Básicas de Saúde	65
Hospitais	35
Outros Estabelecimentos de Saúde	06
Centros de Referência e Policlínicas	05
<b>Total</b>	<b>245</b>

**Gráfico 6: Distribuição das notificações de violência interpessoal contra mulheres quanto a unidade notificadora. Itajaí 2020-2021**

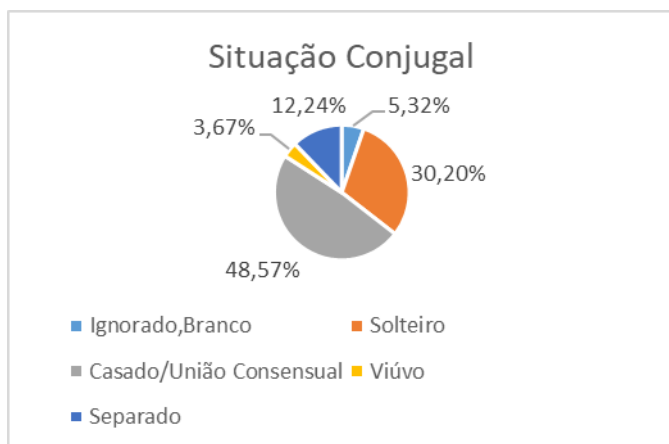
Com relação ao **local da ocorrência**, a residência é o principal local onde ocorreram as situações de violência notificadas, representando 78,37% (192) dos casos. Além disso, 11,01% (27) dos casos ocorreram em via pública; 8,58% (21) em outros locais e 2,04% (05) em bar ou similar.



Local de Ocorrência	Qtde
Residência	192
Via pública	27
Outros	21
Bar ou Similar	05
<b>Total</b>	<b>245</b>

**Gráfico 7: Distribuição das notificações de violência interpessoal contra mulheres quanto ao local da ocorrência. Itajaí 2020-2021**

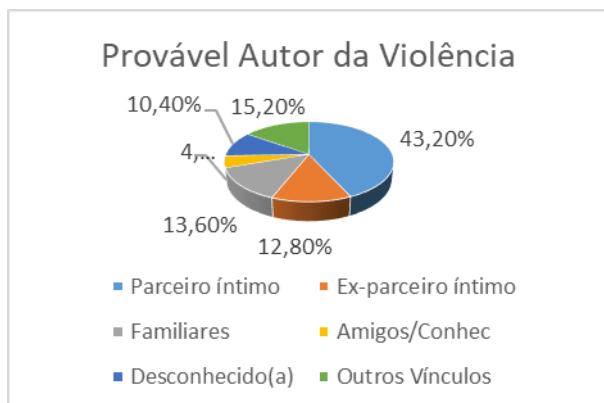
Quanto à **situação conjugal**, quase metade 48,57% (119) das mulheres notificadas estão casadas e/ou se encontram em uma relação consensual; 30,20% (74) estão solteiras; 12,24% (30) estão separadas e ou divorciadas; 4,90% (12) o campo foi ignorado; e 3,67% (09) são viúvas.



Situação Conjugal	Qtde
Casado/União Consensual	119
Solteira	74
Separada/Divorciada	30
Ignorado/Branco	13
Viúva	9
<b>Total</b>	<b>245</b>

**Gráfico 8: Distribuição das notificações de violência interpessoal contra mulheres quanto a situação conjugal. Itajaí 2020-2021**

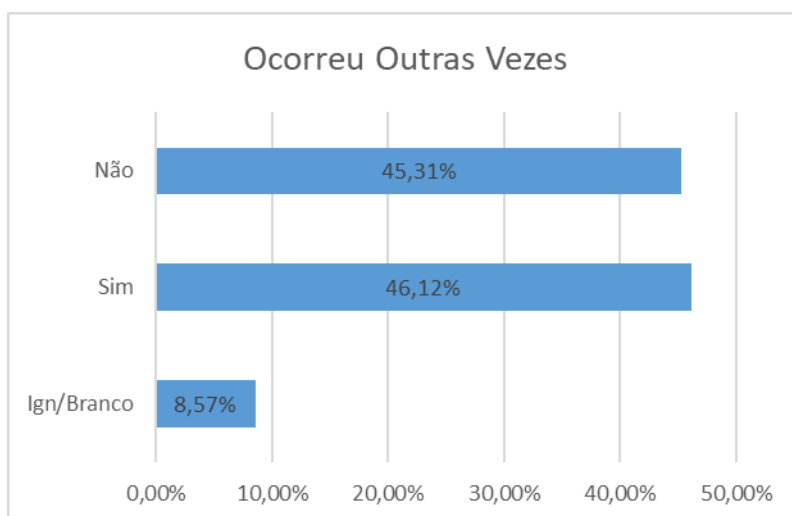
Com relação ao **provável autor da agressão**, o principal é o parceiro íntimo, prevalecendo em 43,20% (108) dos casos notificados; seguido de 15,20% (38) com outros vínculos; 13,60% (34) familiares; 12,80% (32) ex-parceiro íntimo; 10,40% (26) desconhecidos; e, por último, 4,08% (12) amigos e conhecidos. É importante destacar que em uma mesma ocorrência mais de um provável autor (a) pode ser apontado (a) na notificação, como por exemplo, cônjuge e filho (a), pai e irmão (a).



Provável autor da violência	Qtde.
Parceiro íntimo	108
Outros Vínculos	38
Familiares	34
Ex-parceiro íntimo	32
Desconhecido (a)	26
Amigos/Conhecidos	12
<b>Total</b>	<b>250</b>

**Gráfico 9: Distribuição das notificações de violência interpessoal contra mulheres quanto ao provável autor da violência. Itajaí 2020-2021**

Quanto à situação de violência notificada ter ocorrido outras vezes, aproximadamente quase metade das situações são ocorrências de repetição, conforme a distribuição a seguir: 46,12 % sim; 45,31% não; e em 8,57% dos casos esse campo foi ignorado.

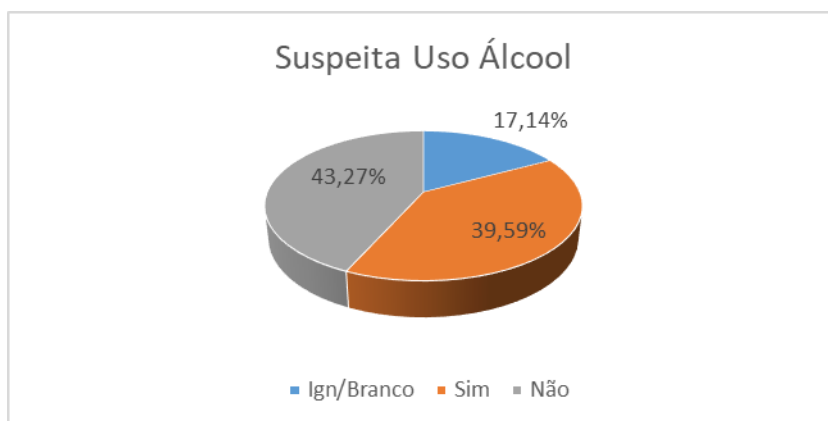


Ocorreu outras vezes	Qtde
Ignorado/Branco	21
Não	111
Sim	113
<b>Total</b>	<b>245</b>

**Gráfico 10: Distribuição das notificações de violência interpessoal contra mulheres quanto a ocorrências de repetição. Itajaí 2020-2021**

Quanto a **suspeita de uso de álcool associado à ocorrência da situação de violência**, revela-se que a incidência de situações de violência contra mulheres em que a suspeita do uso de álcool (por parte do provável agressor) associado à situação de violência é proporcional à quantidade de casos onde está associação não foi apontada. Em 43,27% (106) não houve suspeita; em 39,59% (97) houve; e em 17,14% (42) das notificações o campo foi ignorado.



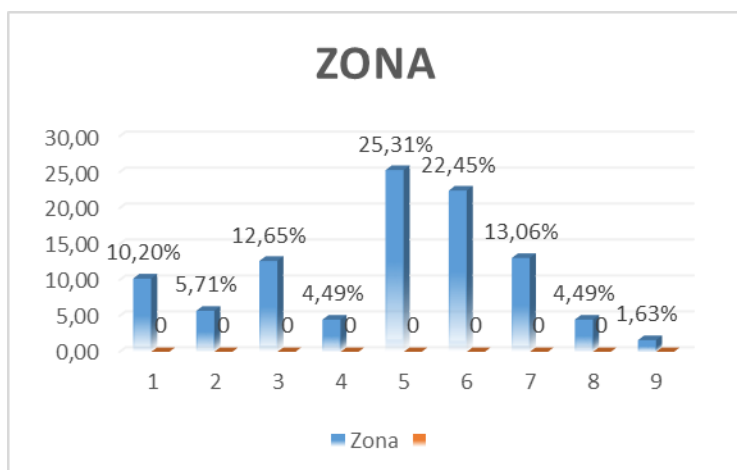


Susp. uso álcool	Qtde.
Ignorado/Branco	42
Sim	97
Não	106
Total	245

**Gráfico 11: Distribuição das notificações de violência interpessoal contra mulheres quanto a suspeita de uso de álcool. Itajaí 2020-2021**

E por último, com relação à distribuição das notificações por **bairros**, apresenta-se um levantamento agrupado por **zonas (regiões)**, conforme segue: Zona 1: Praia Brava, Cabeçudas, Fazendinha e Fazenda; Zona 2: Centro, São Judas, Vila Operária; Zona 3: Imaruí, Barra do Rio, São João; Zona 4: Ressacada, Carvalho, Nossa Senhora das Graças, Dom Bosco; Zona 5: São Vicente, Cidade Nova; Zona 6: Murta, Cordeiros; Zona 7: Santa Regina, Salseiros, São Roque, Espinheiros, Rio Novo (Colônia Japonesa); Zona 8: Canhanduba, Itaipava, Rio do Meio; e Zona 9: Área Rural.

Desta forma, a distribuição das notificações de violência interpessoal contra mulheres, residentes em Itajaí, no período definido para realização deste levantamento prevalece nas zonas 5 e 6, sendo (62 casos) 25,31% na Zona 5; (55 casos) 22,45% na Zona 6; e na sequência (32 casos) 13,06% na Zona 7; (31 casos) 12,65% na Zona 3; (25 casos) 10,20% na Zona 1; (14 casos) 5,71% Zona 2; (11 casos) 4,49% na Zona 4 e igualmente na Zona 8; e por último com (9 casos) 1,63% das notificações, encontra-se a Zona 9.



Zona	Qtde.
1	25
2	14
3	31
4	11
5	62
6	55
7	32
8	11
9	4
Total	245

**Gráfico 12: Distribuição das notificações de violência interpessoal contra mulheres quanto à zona por agrupamento de bairros de residência. Itajaí 2020-2021**



**Análise do perfil epidemiológico de mulheres residentes em Itajaí, em situação de violência interpessoal (intrafamiliar e extrafamiliar), conforme notificações realizadas no período entre janeiro de 2020 a junho de 2021.**

Quanto à análise do perfil epidemiológico de mulheres residentes em Itajaí (SC), notificadas por meio da ficha de notificação de violência interpessoal/autoprovocada (SINAN), no período de 2020 a 2021, podemos concluir que:

- As violências interpessoais contra mulheres residentes em Itajaí ocorrem com maior frequência em mulheres de cor branca, entre 18 a 49 anos, casadas e/ou em uma união consensual;
- O principal tipo de violência notificada é a violência física;
- O autor da violência é prevalentemente do sexo masculino;
- O principal agressor é o parceiro íntimo;
- O local onde ocorrem com maior frequência as violências notificadas é a residência;
- Quanto ao grau de escolaridade das mulheres em situação de violência notificadas, o ensino fundamental incompleto é o que prevalece;
- Aproximadamente em metade dos casos notificados, a violência ocorreu outras vezes;
- A quantidade de ocorrências envolvendo a suspeita de uso de álcool é proporcional a quantidade de situações nas quais não há a suspeita do uso de álcool por parte do agressor;
- As principais unidades notificadoras de violência contra mulheres são as Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS);
- As zonas onde prevalecem as notificações de violência interpessoal contra mulheres são as regiões nas quais se concentram os bairros mais populosos do município.

**Considerações finais**

A Atenção Primária em Saúde, especialmente através da Estratégia Saúde da Família (ESF), tem importante papel no reconhecimento e identificação da violência contra as mulheres, pois oportuniza maior aproximação das questões relacionadas à violência, mesmo no contexto intrafamiliar e constitui espaço para solução de problemas mais comuns de saúde da comunidade.

Profissionais de saúde têm a responsabilidade ética e legal de identificar e notificar a suspeita e/ou casos confirmados de violência contra mulheres, conforme a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabeleceu a notificação compulsória de violência contra a mulher.

Este informativo epidemiológico da violência contra a mulher busca sensibilizar os profissionais da saúde, da assistência social, da segurança pública, da justiça e a sociedade em geral, no que tange a estratégias para reduzir os índices de violência contra as mulheres: promovendo uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos, de respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz.

Além disso, pretende-se garantir os direitos das mulheres em situação de violência, considerando as questões raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional e proporcionando às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado e qualificado nos serviços especializados e na Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí (RAIPSV).

Mesmo ao considerarmos que a violência é um agravo subnotificado, ou seja, a sua incidência é muito maior que a capturada pelos sistemas de informação, as suas dimensões não deixam de causar espanto. Ressalta-se que a subnotificação da violência contra a mulher prejudica o investimento em ações tanto na atenção quanto na prevenção e enfrentamento deste agravo, pois afeta diretamente na geração de dados, os quais são imprescindíveis para subsidiar e fundamentar a implantação e a execução de políticas públicas.

No entanto, importa salientar uma vez mais que estes dados podem não ser representativos da totalidade deste fenômeno. De fato, vários fatores como vergonha, humilhação, medo, dependência emocional e/ou econômica, estereótipos de gênero, entre outros, podem condicionar a procura de ajuda junto dos serviços de saúde e/ou outros, assim como ocorre no âmbito da realização de denúncia, tanto por parte das vítimas como de outras pessoas aos canais e/ou órgãos competentes.

A cultura da paz será plenamente construída com o senso comum e coletivo que qualquer tipo de violência é inaceitável, seja no espaço público ou privado. Num momento tão crítico como o que vivemos hoje, durante a pandemia do coronavírus, nunca foi tão importante a valorização do SUS e das notificações compulsórias do SINAN, em especial das violências.

O preenchimento adequado da ficha de notificação da violência representa um compromisso ético de profissionais da saúde, como agentes mantenedores, frente ao manejo e ao dimensionamento da saúde. Para tal, existe o “Instrutivo Viva: notificação de violência interpessoal e autoprovocada” do Ministério da Saúde, que se configura como uma ferramenta de auxílio para a efetivação desse processo.

Assim, no campo da Saúde, para responder adequadamente ao fenômeno da violência nas relações de intimidade, há que abordar também os aspectos sociais e culturais, que estimulam e condicionam o exercício da violência enquanto componente dos estereótipos da masculinidade. Tal implica que, na atuação tanto junto de vítimas como de pessoas agressoras, os profissionais deverão ter em conta as questões relacionadas com as assimetrias de poder e com a pressão associada a expectativas sociais sobre o ser homem e o ser mulher, refletindo as desigualdades de gênero.

Portanto, a noção de enfrentamento não se restringe à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres que compõem os Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. No âmbito preventivo, a política nacional prevê o desenvolvimento de ações que desconstruam os mitos e estereótipos de:

- Prevenção - Ações educativas e culturais que interfiram nos padrões sexistas;
- Enfrentamento e combate - Ações punitivas e cumprimento da Lei Maria da Penha;
- Assistência Fortalecimento da Rede de Atendimento e capacitação de agentes públicos;
- Acesso e garantia de direitos - Cumprimento da legislação nacional/internacional e iniciativas para o empoderamento das mulheres.

Finalizando este informativo, destacamos que no Município de Itajaí foi instituído pela Lei municipal nº 6935/2018 a campanha **“Agosto Lilás: Mês de Combate e Prevenção da Violência contra a Mulher”**. Esta campanha é realizada anualmente desde 2019, sendo coordenada pela **Secretaria de Promoção da Cidadania** e conta com o apoio da **Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí (RAIPSV)**, a qual é coordenada pela **Secretaria**

## **Municipal de Saúde, através da Diretoria de Vigilância Epidemiológica/Vigilância das Violências.**

Como parte da programação da campanha de 2021, a **RAIPSV** realizou, em parceria com a **Fundação de Educação Profissional e Administração Pública de Itajaí (FEAPI)**, o **1º Ciclo de Palestras: Violência de Gênero**, no qual foram transmitidas três palestras em formato de *lives*, que abordaram temas relacionados à violência doméstica contra a mulher, crimes relacionados às diversas formas de violência contra a mulher e, também, sobre o papel da saúde no atendimento às mulheres em situação de violência. As palestras estão disponíveis no canal de YouTube da FEAPI.

## **Referências Bibliográficas**

1. Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: OMS; 2002.
2. Ministério da Saúde (Brasil). **Lei 10.778, de 24 de novembro de 2003**. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Diário Oficial da União 25 nov 2003; Seção 1.
3. Ministério da Saúde (Brasil). **Viva. Instrutivo Ficha de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Editora MS; 2015.
4. Prefeitura Municipal de Itajaí. **Decreto nº 11.280 de 26 abr il 2018**. Institui a rede de atenção as pessoas em situação de violência de Itajaí. Jornal do Município 30 abr 2018. Edição nº 1902.
5. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo demográfico 2010**. Santa Catarina; 2010.
6. Ministério da Saúde (Brasil). **Viva: vigilância de violências e acidentes, 2006 e 2007**. Brasília: Editora MS; 2006.
7. Ministério da Saúde (BRASIL). **Orientações para notificação e atendimento**. [Acessado em 15 jul 2019]. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/vigilancia-de-violencias-e-acidentes-viva/vigilancia-de-violencias/orientacoes-para-notificacao-e-atendimento>
8. Caderno Especial. **Violência Doméstica Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenômeno. Manual Pluridisciplinar**. Abril. 2016. Centro de Estudos Judiciários. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero. Presidência do Conselho de Ministros. [Acesso 30 set 2021] Disponível em [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica-CEJ\\_p02\\_rev2c-EBOOK\\_ver\\_final.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica-CEJ_p02_rev2c-EBOOK_ver_final.pdf)
9. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República Brasília, 2011** [Acessado em 25 set 2021] Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>
10. Tiburi, M. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
11. Minayo, M.C.S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

---

## **EXPEDIENTE:**

Informativo Epidemiológico da Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí. Rua Leodegário Pedro da Silva, 300 – Imaruí – Itajaí/SC – CEP: 88.305-600 – Fone: (47) 3249-5541 – E-mail: [dant.violencia@itajai.sc.gov.br](mailto:dant.violencia@itajai.sc.gov.br) | Site: [saude.itajai.sc.gov.br](http://saude.itajai.sc.gov.br). Prefeito de Itajaí: Volnei José Morastoni | Secretário Municipal da Saúde: Emerson Roberto Duarte | Diretora Executiva de Ações em Saúde: Dulcinéia Ramos Michels | Diretora de Vigilância Epidemiológica: Priscila Paola Vieira | Autoria: Terapeuta Ocupacional responsável pela Vigilância das Violências: Carmen Lúcia Dacol; Psicóloga da Vigilância das Violências e Coordenadora da Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência: Thamara Garcia Del Mir. Colaboração: Técnico de Enfermagem e responsável pelo Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN): Dennis Mauro Vittorassi.